



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**  
**2ª Vara Judicial da Comarca de Estrela**

Rua XV de Novembro, 5 - Bairro: Centro - CEP: 95880000 - Fone: (51) 3712-1324 - Email:  
frestrela2vjud@tjrs.jus.br

**DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE Nº 5000865-  
97.2021.8.21.0047/RS**

**AUTOR:** VERNO AREND (SUCESSÃO)

**RÉU:** LONGEVITA - PRODUTOS HIGIENICOS LTDA (EM LIQUIDAÇÃO JUDICIAL)

**DESPACHO/DECISÃO**

Vistos.

1) O Liquidante postula autorização judicial para que a arrecadação seja promovida por meio de arrendamento da unidade operacional da empresa Longevita, mediante realização de leilão.

Os Sucessores da empresa concordam com a forma de arrecadação dos bens, conforme apresentado pelo Liquidante.

O Ministério Público, por fim, declinou da intervenção.

Decido.

Considerando que o arrendamento do estabelecimento empresarial possibilitará a continuidade das atividades empresariais, sendo este um *mister* a ser buscado no âmbito das relações que envolvem o Direito Empresarial, entendo perfeitamente cabível a concessão da ordem judicial para a realização do leilão, na forma apresentada pelo Liquidante.

A modalidade possibilitará o prosseguimento das atividades, sem necessidade do fechamento definitivo da empresa, gerando a manutenção ou geração de empregos na localidade e a arrecadação dos tributos respectivos.

Isto posto, **AUTORIZO** o Liquidante a promover o leilão, visando a aquisição do direito de arrendamento da unidade operacional da empresa Longevita, observando-se a legislação vigente.

Intimem-se.

2) Considerando a informação de que ainda não ocorreu o religamento da energia elétrica no local, expeça-se mandado de intimação à RGE, para o imediato cumprimento da ordem judicial exarada ao Evento 23, sob pena de aplicação de multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) por dia, limitada a R\$100.000,00 (cem mil reais).

3) Em relação aos pedidos de habilitação aventados pelos credores, **DETERMINO** que apresentem seus pleitos diretamente ao Administrador liquidante, facilitando a administração e organização do passivo e visando uma tramitação mais rápida e célere do feito.

4) Intimem-se os requerentes dos eventos 15, 37 e 41 para que apresentem diretamente ao Liquidante seus pedidos de habilitação de crédito.

5) No mais, cumpra-se conforme determinado ao Evento 18.

Dil. legais.

---

Documento assinado eletronicamente por **CAREN LETICIA CASTRO PEREIRA, Juíza de Direito**, em 28/5/2021, às 17:7:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), informando o código verificador **10008180164v3** e o código CRC **b56f2f93**.

---

5000865-97.2021.8.21.0047

10008180164 .V3